

Geopolítica de um Retorno Anunciado. *Hybris* neoliberal na Região Latino-Americana e Direitização do Mundo*

José Guadalupe Gandarilla Salgado¹

“No nos está permitido enloquecer en una época demente, aunque nos pueda quemar vivos un fuego cuyo igual somos”, René Char²

Neoliberalismo como Fascismo Soterrado. Algo mais que Arrepiantes Afinidades

Muito se tem falado sobre as semelhanças que poderiam existir e que são possíveis de se detectar, sobre a condição de colapso de uma época e de catástrofe econômica, entre a situação atual do mundo e os anos que precedem a consolidação do fascismo na Europa no segundo quarto do século XX. E, se as situações de prostração econômica estão assumindo magnitudes semelhantes, entre os dois períodos, não haveria longa distância que esperar nesse elemento como precipitador de tendências fascistas na resolução de conflitos sociais, como alimento espiritual para a elevação autoritária da razão de Estado, para o estabelecimento de relações devastadoras a respeito dos “desfavorecidos de sempre” e ingrediente propício para atacar as personificações sociais em que encarnam a alteridade. Nossa época é também a de um fascismo subterrâneo e que às vezes estoura de modo mais claro quando os interesses do capitalismo

* Tradução do original em castelhano por Luara Wandelli Loth (mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, da Universidade de Brasília – PPG-ECsA-UnB), revisão da tradução por Raphael Lana Seabra (docente do PPG-ECsA-UnB).

¹ Doutor em Filosofia Política pela Universidade Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Pesquisador Titular da Universidade Nacional Autónoma do México no Centro de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências e Humanidades nesta universidade. É autor de *Asedios a la totalidad. Poder y política en la modernidade, desde un encare de-colonial* (2012), *Modernidad, crisis y crítica* (2015), organizou os livros *La crítica en el margen. Hacia una cartografía conceptual para rediscutir la modernidade* (2016), *Del monólogo europeo al diálogo inter-filosófico. Ensayos sobre Enrique Dussel y la filosofía de la liberación* (2018). Seu livro autoral mais recente é *Colonialismo neoliberal. Modernidad, devastación y automatismo de mercado* (2018). E-mail para contato: joseg@unam.mx.

² Poeta francês (1907-1988) (Nota da Tradutora. N.T.).

complexo e corporativo se veem expostos a certo freio ou nos momentos em que sua predominância está em disputa ou quando se mostra francamente a inoperância de sua errática instrumentação ou mesmo seus raquíticos resultados.

Entretanto, se por neoliberalismo entendemos “a imposição de uma lógica normativa global” (Laval, Dardot, 2013, p. 12) que vem sendo executada há mais de quatro décadas (ao menos desde 11 de setembro de 1973 com o golpe militar no Chile, que destituiu o governo democraticamente eleito de Salvador Allende), é preciso dizer que, no atual momento histórico, tal programa associado à reversão de conquistas sociais e ao retraimento das ações de governo (quando estas ameaçam o capital e sua rentabilidade) encontra-se já mais estendido, pelo mundo inteiro, do que o próprio fascismo pôde imaginar até mesmo em seu momento de maior esplendor.

Portanto, é viável encontrar certa analogia nos gestos críticos que alguns autores, desde o interior ou às margens da chamada “Escola de Frankfurt”, ensaiaram em relação à difícil circunstância na qual tiveram de viver. Na sua obra “Rua de mão única”, mais precisamente no fragmento intitulado “Panorama imperial”, Walter Benjamin detecta um espírito do tempo na maneira de viver do burguês alemão médio que bem poderia sintetizar nossa própria circunstância e o rumo para o qual nos encaminhamos: “o sofrimento do indivíduo e das comunidades, só há um limite além do qual ele não continua: o aniquilamento” (Benjamin, 1987, p. 21). Isto parece elevar à condição de fundamento um estado de ânimo que deriva da trama social, do entrecruzamento de nossas ações e do desentendimento em relação aos seus resultados, o que os sociólogos tematizam como “não intencionalidade da ação” e que Walter Benjamin assinala como as “obscuras potências das quais sua vida se tornou serva” (Idem, p. 22). Nosso autor atribui este fato a

“um estranho paradoxo: as pessoas só têm em mente o mais estreito interesse privado quando agem, mas ao mesmo tempo são determinadas mais que nunca em seu comportamento pelos instintos da massa. E mais que nunca os instintos de massa se tornaram desatinados e alheios à vida. (Benjamin, 1987, p. 22).

Para o pensador alemão, esta situação tende a se agravar e a desatar o que no jargão sociológico se descreve como “consequências indesejáveis”. Tudo isso por causa da conjunção de vários processos que, em diacronia ou sincronia

temporal, não fazem senão acompanhar funcionalmente os interesses do establishment e das camadas mais favorecidas, e afastam, até quase obscurecê-las, a possibilidade de uma postura crítica das pessoas frente ao atual estado das coisas.

Para Benjamin, naquela altura da partida histórica que estava em jogo (marcada pela catastrófica situação econômica, crise da República de Weimar, crescente instabilidade que promove a expansão e aceitação social do fascismo) é claro que “ele [o burguês] acredita que tem de encarar como instável todo estado que o desapossa” (Benjamin, 1987, p. 20), isso também se potencializa numa escala que parece não encontrar limite, pois não somente significa que se repita como em etapas anteriores (o que para Benjamin parece incluir o período que viu florescer as esperanças na social democracia alemã e que foi percebido, mesmo que por um breve momento histórico, como favorável ao comunismo), na “desamparada fixação a representações de segurança e de posse”, mas que “impede o homem médio de aperceber-se das estabilidades extremamente notáveis, de espécie inteiramente nova, que estão no fundamento da situação presente” (Benjamin, 1987, p. 20).

O olhar apurado de Benjamin o permite efetuar uma mudança em relação à figura social, à máscara econômica, ao personagem da situação ao qual deseja concentrar sua crítica. O autor já não somente fala do burguês médio, mas daquele contingente que, sem reunir tais condições na distribuição econômica, sustenta as posições sociais daquele grupo que precisamente o explora e domina.

Mais ainda, é justamente “o cidadão comum”, como segue sendo até o momento, o que engrossa as “camadas [sociais] para as quais a situação estabilizada [consiste na] miséria estabilizada.” (Benjamin, 1987, p. 20), o que Benjamin detecta, no entanto, não se detém aqui, mas deve se potencializar quando “somente um cálculo que reconhece encontrar no declínio a única ratio do estado presente” se estabilize também, e leve a assumir “os fenômenos de declínio como o puramente estável e a considerar unicamente o que salva como algo de extraordinário, quase no limite do miraculoso e inconcebível.” (Benjamin, 1987, p. 20).

Mas o fato de que os povos da Europa central, aos quais Benjamin buscou compreender e que, não obstante, dirigiram “o olhar para nada a não ser o extraordinário” (Benjamin, 1987, p. 21) como aquilo que podia salvá-los, não é suficiente para assumir tal processo (o fascismo) como resultado de um “misterioso contato” com as “forças que nos assediam”, mas sim como resultado de um processo complexo em que “a diversidade de alvos individuais se torna irrelevante perante a identidade das forças determinantes” (Idem, p. 21).

Que eles os determinem e os unifiquem, numa identidade, é certo, mas muito peculiar, não uma que resulte de um traço étnico, histórico ou cultural (embora possa chegar a sê-la, como de fato já foi em certas circunstâncias, e o fascismo delas, que a unificação identitária projeta marcadores de poder e critérios de classificação racializados), mais sim, resultante de critérios claramente regidos pelo econômico ou crematístico para as relações sociais, que não prescindem de um imaginário simbólico unificador que faz emergir, de fato, as camadas espirituais do religioso e o mítico, sendo assim, com o “neoliberalismo global” a identificação que se dá vem articulando-se ao redor da “religião secularizada de mercado” (como rotinização de uma atitude de impulso competitivo que governa a sociedade e que se traduz em intermináveis atos de consumo) e do “mito do progresso” (como relançamento interminável de suas promessas).

Portanto, a conclusão de Benjamin diante do advento de uma aceitação crescente do fascismo na Europa dos anos trinta do século XX, mostra-se válida para documentar a ampliação do raio de ação e a incidência do programa neoliberal em praticamente o globo inteiro, como vem ocorrendo nos últimos quarenta anos. Nas palavras de Walter Benjamin:

Todas as relações humanas mais próximas são atingidas por uma claridade penetrante, quase insuportável, na qual mal conseguem resistir. Pois, uma vez que, por um lado, o dinheiro está, de modo devastador, no centro de todos os interesses vitais e, por outro, é exatamente este o limite diante do qual quase toda relação humana fracassa, então desaparece, cada vez mais, assim no plano natural como no ético, a confiança irrefletida, o repouso e a saúde. (...) A cega vontade de salvar o prestígio da existência pessoal, de preferência a destacá-la, pelo menos, através da soberana avaliação de sua impotência e de seu embaraço, do pano de fundo do engeguimento geral, impõe-se quase por toda parte. [...] Por isso mesmo o ar está também tão cheio de ilusões, miragens de um futuro cultural que apesar de tudo irrompe florescente da noite para o dia, porque cada

qual se compromete com as ilusões óticas de seu ponto de vista isolado. (Benjamin, 1987, p. 21-22; 24).

Benjamin sugere, como princípio de atuação ética diante de tal cenário, operar com responsabilidade, não se subtrair à contemplação da decadência, e fazê-lo através do desprezo tanto pela cumplicidade como pela impotência, descartando, pois a indiferença frente à nossa responsabilidade na generalização deste caos. Isso não soa nada distante da postura que, ao modo partiano, Antonio Gramsci expressou em um de seus chamados “escritos de juventude” sob o sintagma “ódio aos indiferentes”. Para Gramsci, de fato, com essa apatia alimenta-se “o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas” (Gramsci, 2011, p. 19) daqueles que, em seu atrevimento, animam-se em construir o programa e a arquitetura de “a cidade futura”.

Por outro lado, não é muito distinto o diagnóstico que, praticamente uma década antes da publicação de *Rua de mão única*, havia oferecido o pensador sardo no texto ao qual estamos nos referindo. O grande intelectual e revolucionário italiano também conseguiu perceber a diferença de qualidade na articulação política que desenvolve, por outro lado, o grupo dominante:

“Mas os fatos amadurecem a sombra, entre poucas mãos, sem nenhum tipo de controle. (...) Os destinos de uma época são manipulados segundo visões estreitas, objetivos imediatos, ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos. (...) Mas os fatos que amadureceram chegam a confluir, mas a tela tecida na sombra chega a seu fim: e então parece ser a fatalidade a arrastar tudo e todos, parece que a história não é mais do que um gigantesco fenômeno natural (...), do qual todos são vítimas” (Gramsci, 2011, p.20).

E, por outro lado, aqueles grupos e coletividades que têm de lutar pela hegemonia, se desejam reverter sua condição de subalternidade, entretanto, como é sabido, não há nenhuma garantia de conquista para eles. Em um dos fragmentos mais citados de sua obra (que Gramsci redige já nas masmorras de Mussolini, este praticamente simultâneo ao escrito de Benjamin), assim descreve esta luta:

“a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica (...) na atividade histórica desses grupos há uma tendência à unificação (...) mas (...) é continuamente interrompida pela iniciativa dos grupos dominantes. Grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se sublevam” (Gramsci, 2000: 178).

Esta face do caminho de estabelecimento do fascismo faz ver que, como projeto, foi mais além do que o rompimento dos pontos de resistência e de aproveitamento de certo colaboracionismo (fora por ação ou por omissão, por apatia ou por medo), ou inclusive de um maléfico plano conspiratório; parecia que sua instrumentalização revelava-se mais consistente na medida em que certos princípios que o estruturavam se enraizaram socialmente.

Não é muito diferente o que está ocorrendo com o neoliberalismo, enquanto perfil atualizado do programa do grande capital corporativo, leva a entender que o neoliberalismo está alcançando os objetivos aos quais aspiravam os fascistas (em termos de níveis de acumulação e concentração da riqueza, da exploração ou entrega gratuita do esforço laboral de contingentes imensos de população, das conquistas e ocupações territoriais). Como o fascismo, o neoliberalismo mostrou todo um arsenal de procedimentos com finalidades de expulsão e despossessão de comunidades, povos ou países inteiros.

Por este conjunto de razões, não seria arbitrário propor como hipótese de trabalho o estabelecimento de uma relação estreita entre ambos os processos históricos (fascismo europeu e neoliberalismo global), e isto para fins que vão além de detectar “afinidades eletivas”. Pois, uma intenção analítica comparativa ou analógica não somente destacaria características de insuspeita correspondência, senão que corroboraria o fato de que se trata de programas políticos mais orgânicos e integralmente interligados.

A M(m)atrix(z) neoliberal

Desde seus antecedentes mais remotos (O Colóquio Lippmann, a Sociedad Mont Pelerin) até a ascensão dos trabalhos da Escola Austríaca de Economia, na obra de Ludwig von Mises ou Friedrich Hayek, que converteu os postulados filosóficos destes em premissas mainstream do pensamento econômico (Escalante, 2015), o neoliberalismo conseguiu transbordar definitivamente as limitações que sob o keynesianismo, quando este ocupava o lugar de “pensamento único” (até meados dos anos setenta do século passado), eram-lhe legitimamente impostas.

Enquanto que com a reabilitação do capitalismo do segundo pós-guerra, esta ideologia “foi mantida à margem”, como um projeto identificável com certos



grupos conservadores que nunca negaram sua fobia ante qualquer critério de regulação pelo lado do público ou governamental, e que sempre apostaram não que a “mão invisível” impulsionaria a economia de mercado, mas que, se necessário, com a ajuda da “mão visível” e autoritária do Estado, operaria-se uma “grande transformação” que instalaria como critério absoluto e indisputado a construção e o asseguramento de “sociedades de mercado” (objetivo que com Thatcher e Reagan, nos anos 80 do século XX, já haviam coroadado) (Harvey, 2007).

A partir dessa ruptura histórica (precedida pelo endividamento do terceiro mundo e pelo estalido da crise das dívidas), aspirou-se à eleição dos princípios neoliberais como critério e marco categorial de racionalidade exclusiva, cuja outro lado da moeda acabava por lançar qualquer esquema que tentasse disputar sua hegemonia na qualidade de projeto suspeito de irracionalidade (Gómez, 1995), para isso se colocou à disposição dos gestores neoliberais autóctones, verdadeiros lacaios e, em alguns casos, aliados do poder corporativo multinacional, toda a necessária parafernália desestabilizadora que os nichos do poder global poderiam colocar geopoliticamente a seu alcance, e que foram ensaiando pelo mundo inteiro, com objetivo de exorcizar e banir qualquer possibilidade de autodeterminação ou que pretendesse trabalhar em nome de princípios soberanos para a gestão do público e do social.

Já naquela data os dogmas neoliberais hayekianos e friedmanianos não somente eram assumidos como axiomas da ordem econômica espontânea e naturalizada, que toda escola ou faculdade de economia que se desse ao respeito acolhia em seu currículo, senão que eram transmitidos sob uma completa estratégia de meios que os pulverizavam socialmente e os espalhavam tal qual mancha de azeite; o propósito era claro, internalizá-los como inexoráveis valores da pessoa “normal e comum”, aceitáveis porque circulavam pelas camadas ideológicas de nossas sociedades como se fossem o novo senso comum.

Este aspecto da questão já havia sido minuciosamente discernido por Franz Hinkelammert, no primeiro livro que publicou quando pisou no solo latino-americano, que tentava refletir sobre as possibilidades de “revolucionar” as estruturas de poder do sistema social vigente, justamente porque percebeu e

vislumbrava que isso poderia acontecer em nossa região, ele detectava atinadamente que:

“[Os] valores [afins a certo sistema] estabelecem e justificam uma certa pressão social que se impõe ao indivíduo e o obriga a se conformar com o sistema social existente. Desta pressão social resultam mecanismos de estabilização do sistema social e da estrutura de poder envolvida, que são muito difíceis de atacar” (Hinkelammert, 1967, p. 10).

Esta utopia do fim das utopias, ou distopia “em estado puro”, que após o colapso do socialismo realmente existente, a queda do muro de Berlim e a ideologia celebratória do “fim da história”, já na década dos anos noventa do século XX, havia acrescentado à sua causa novos apoios e adeptos, demandava e recrutava maiores níveis de legitimidade, aspirou desde aquele momento que o mundo não fosse outro que o aquele em se originava de sua lógica econômica (cujos fins eram muito particulares e localizados) expressa de forma oculta como “imparcial”, desenho organizacional inquestionável (pois pretende se mostrar como a expressão mais acabada de valores universais), quando na realidade sempre correspondeu a um planejamento completo “por objetivos”, a uma “engenharia social” em grande escala.

Apresentado o estado de coisas de tal modo, seus critérios e princípios ficariam resguardados por uma blindagem, a do princípio da lei, que como armadura, impediria qualquer intenção de revertê-lo. Se os limites de sua legitimidade chegaram a se estreitar (como de fato ocorreu com a virada do século), os neoliberais (que não fazem nada senão gerir os interesses econômicos e políticos do grande capital) sempre tiveram claro que recorreriam ao princípio da proteção que a abismalidade do princípio de legalidade lhes oferecia, para isso lançariam mão de todo um programa de “intervencionismo negativo” por parte dos governos que se colocaram militarmente a seu serviço, de uma engrenagem jurídica finamente provida de um “institucionalismo conservador de alto impacto”, de parlamentares que operam e fazem lobby a seu serviço sem vergonha nenhuma, pois devem pagar os favores que lhes permitiram um lugar nas cômodas bancadas do poder legislativo, dos atos de corrupção abertos ou encobertos nas instâncias judicializadas em que se resolve, finalmente, a correlação de forças sociais.

Para o programa capitalista e colonial do neoliberalismo global foi se revelando com mais clareza, uma vez que a crise não fez senão se ampliar e se aprofundar, que para fazer com que seus fins perdurassem deveriam aspirar por se colocar acima de qualquer tentativa de poder constituinte que ameaçasse seus critérios constitucionais e supranacionais, estabelecidos à sua imagem e semelhança, ou que tal “potência constituinte” tivesse, mesmo como aspiração mais modesta, o despropósito de operar certo desprendimento, distanciamento ou desconexão com relação aos contornos e compromissos que sua condicionalidade havia herdado, segundo as apocalípticas apostas dos “neoliberais até o fim”, que desejavam vê-lo regendo até o final dos tempos.

Por volta do limiar histórico do século XXI, o neoliberalismo se projetava com um domínio incontestável edificando-se como uma “nova razão do mundo”, em “razão global”, o que além de sua reminiscência hegeliana, em termos de se ocupar do alcance em “escala mundial”, o que a conferia esse caráter é sua qualidade de tender à totalização, de “fazer mundo” em termos de desenvolver um poder para integrar e subsumir todas as dimensões da existência humana, de colocá-las ao seu serviço e de servir-se delas, “razão do mundo, é ao mesmo tempo uma ‘razão-mundo’” (Laval e Dardot, 2013: 14). Neste ângulo de sua complexidade, a ordem que está se erigindo no mundo inteiro poder ser bem recuperada numa chave foucaultiana, isto é, o neoliberalismo expressa:

“uma racionalidade (...) tende a estruturar e a organizar não só a ação dos governantes, mas também a conduta dos governados (...) [e] tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Laval e Dardot, 2013, p.15)

Por meio da racionalidade neoliberal, fez-se das pessoas um mecanismo transmissor das lógicas que governam seu funcionamento, como se fossem de determinada parte de uma máquina social, da qual funcionalmente advém um desempenho autorregulado, daí o interesse de Foucault por discerni-lo numa chave biopolítica. Entretanto, a história não se deteve para reproduzir-se ad eternum ao modo de uma reprodução interminável de tal código, registrou já ao final do século XX, pelo contrário, manifestações de rebeldia e ações de resistência suficientes para tentar expressar outras dinâmicas e não curvar

plenamente “o mundo da vida” à fixidez que a governamentalidade neoliberal presumia haver alcançado, como um modo naturalizado de todo o viver.

América Latina como Campo de Luta

Uma pequena amostra de que a história não se submete a este tipo de desígnios é oferecida pela América Latina em sua fase mais recente. Para desgosto daqueles que gostariam de ver um horizonte histórico cancelado, posto na medida certa para se adequar a certo tipo de programa, o novo século de nossa América abriu-se a outro tipo de aventura, permitiu-se a nos oferecer uma imagem um tanto mais alentadora.

Enquanto os grupos e interesses identificados com o grande capital corporativo multinacional, que se servem ao papel de cúmplices e comedidos lacaios para a entrega, de modo complacente (e inclusive cínico, por comemoração), das últimas reservas de riquezas e recursos, almejavam que isto aconteceria per se, se depararam com um ciclo de mobilizações (e com explosões que foram registradas paulatinamente durante quase um quarto de século e em quase toda a região) que foram capazes de integrar e combinar um conjunto de estratégias viáveis para inclinar o cenário e colocá-lo na contramão das ações combinadas daqueles setores que não esmoreceram em relação à intenção de executar semelhante aliança (propícia para perpetuar, com o neoliberalismo, a colonialidade de nossos países).

Tais agrupamentos ou blocos, chamados de progressistas ou até de desenvolvimentistas e, claro, de neopopulistas entenderam que as repartições de recursos (que monopolicamente provém aos aparatos de governo de rendas naturais, que de outra maneira seriam apropriadas “naturalmente” pelo capital multinacional) devem ser defendidas enquanto possíveis bases para uma futura demanda por políticas soberanas. A história, de nosso anômalo início de século, quando o mundo se inclina cada vez mais em direção a opções políticas e a pensamentos de direita, não se submeteu a tais caprichos, foi disputada teimosamente, mostrou que é forjada no fogo brando dos conflitos e laços de força. E, também, que não há garantia alguma dos triunfos assegurados ou plenos,





Doi: 10.21057/10.21057/repamv14n1.2020.26926

ainda mais quando se responde (como diria Walter Mignolo) a partir de histórias locais a desenhos que são globais.

América Latina é um campo de tensão e de conflito onde se joga e se jogou a deriva do neoliberalismo; de sua imposição, da tentativa de sua retração e agora de um enigmático retorno. Se levamos em conta o corte estrutural dos anos 1980 em diante, teríamos que falar de um esquema ou modelo (o qual foi abertamente aceito como “Consenso de Washington”, não casualmente em 1989) em nenhum sentido improvisado, senão sistematicamente ensaiado para uma implementação multisetorial e de localização reticular. Houve (dos anos oitenta do século passado em diante) uma naturalização de uma visão negativa do que naquele momento se caracterizava como populismo ou o exercício final de certo populismo histórico. Para certa análise da crise capitalista dos anos 1970, havia uma naturalização da ideia de que a “ineficácia governamental” era equivalente a esse tipo de populismo, com o qual se conferia certa legitimidade à reestruturação neoliberal que se fundamentava em outros princípios, que demandariam uma eficiência perdida.

Mas esta legitimidade, já em inícios dos anos noventa, com o caracazo e o Ya Basta!! Zapatista, foi erodida em vários terrenos, talvez não tanto no aspecto cultural e ideológico, mas sim nos âmbitos econômico, social e, sobretudo, no ambiente político.

Um das características que cruzaram transversalmente este tipo de processos, que envolveram a maioria dos nossos países foi justamente, no terreno sociopolítico, a condição de impossibilidade do capitalismo de então, como o de agora, de proporcionar lógicas de redução da pobreza. A pobreza foi o tema da moda dos anos 1990, o BM, o BID, a CEPAL produziam análises em abundância sobre essa questão, e para a produção de modelos de intervenção (biopolíticos) que evitavam que a agenda social dos problemas fosse em direção à outra parte que não a “governamentalização” das populações, ou a sua franca aniquilação, quando da biopolítica passou-se à necropolítica (como é o caso, infelizmente, no México atual, e chegou a ser o da Colômbia e de certos espaços concentrados de outros países).

E, contudo, a pobreza foi somente uma das condições que suscitaram exigências que conduziram em direção a uma crise de representatividade política, para que estas fissuras colidam como crises deveriam vincular-se dialeticamente com o outro lado da pobreza e da desigualdade: a insultante concentração e acumulação de riqueza, em termos de renda e patrimônio, entre alguns capitalistas e grandes holdings e negócios. Os partidos que haviam hegemonizado ou petrificado a política, em determinado momento, erodiram sua legitimidade e a do sistema político em geral.

Daí surgiu processos políticos de grande mobilização e erupção popular, mas não só isso, senão que expressaram certa capacidade de se movimentar em paralelo, ou inclusive por fora, aos núcleos políticos que haviam sido os dominantes até esse momento.

Conformações partidárias ou articulações de movimentos, como em seu momento demonstraram o MST e o PT com Lula da Silva, tentativas de blocos e frentes, por fora dos sistemas de partidos existentes que, como no caso de Hugo Chávez na Venezuela, de Rafael Correa no Equador e de Evo Morales na Bolívia, combinaram virtuosamente uma prática política que abraçou os campos da mobilização social, o instrumento político (ao modo dos partidos) e a vocação em exercício de governo (com relativos graus de eficácia) e, em instâncias de agrupamento regional (chegando a erguer até instituições que contiveram em alguma medida a agressão externa: ALBA, UNASUR, CELAG, etc.), tiveram que aprender, na hora, a combinar todo este conjunto novo de políticas, e a combater em cenários cada vez mais complexos, contra inimigos que não deixaram de apostar suas fichas. E parece que por maiores que fossem estes esforços, os inimigos são muito poderosos e “não param de vencer”, ou de fazer o mesmo para não permitir sequer um instante de relativa tranquilidade.

Ainda que alguns exercícios de interpretação do neoliberalismo, ou com maior precisão da “razão neoliberal”, sem dúvida valiosos, partissem do pressuposto de que “o debate em nosso continente pode ser enquadrado, desde vários ângulos, dentro de um contexto pós-neoliberal” (Gago, 2015, p. 333), a progressão dos acontecimentos mais recentes nos obriga a proceder com maior cautela. Haveria que explicar a tentativa de sair da condição neoliberal (na qual,

sem dúvida, avançou nossa região) em um marco global que não somente permaneceu dominado por este paradigma reconstrutivo do social, senão que em seu próprio interior triunfaram as tendências associadas aos interesses mais conservadores.

Não é que a estratégia nacional-popular esteja esgotada por causa de uma espécie de implosão de suas contradições, senão que sucumbiu diante de um panorama agudo de crises que nesta região reverteram os avanços e expuseram estes ensaios alternativos a um panorama substantivamente mais agressivo e incólume, ressentido e vingativo, por parte das forças mais influentes do capital corporativo multinacional, que veem este momento as sustenta, como uma oportunidade para obter rendimentos, não apenas políticos, mas econômicos, para sustentar rentabilidade e assegurar concentrações e acumulações. A tensão, em nossa conjuntura mais imediata, não faz mais que reaparecer, as forças da direita não cessam em instrumentar seu programa, isso nos abre ante a imensa tarefa de orientar o campo político para a esquerda. As retóricas de “fim de ciclo” não contribuem, ao meu juízo, com essa finalidade, parecem alimentar, mesmo sem querer, um horizonte de desencanto.

Certas características, pelas quais se chegou a vislumbrar um momento “pós-neoliberal” da política, foram modificadas, em direção a situações de contradições mais profundas, de coordenadas muito agudas nos enfrentamentos, pelas condições de um capitalismo envolto numa crise brutal. O momento que estamos vivendo, embora esteja produzindo também um ressurgimento inegável da desigualdade, que muitas das análises internacionais estão voltando a colocar em discussão, não está conduzindo a articulações que se inspirem no valor inegável do “comum”, ou de um entendimento vias de reivindicar o coletivo, com evidente responsabilidade pelo destino do outro, que é o seu próprio destino (Cano, 2015).

Como nunca antes o capitalismo está produzindo e reproduzindo condições de desigualdade e de polarização social. Não somente o fato de os grandes multimilionários que não encontram limite aos seus excessos, como também de condições progressivas que conduzem ao desastre econômico para a maioria da população. Um dos elementos necessários de se analisar é o rumo que

tais processos estão experimentando, o tipo de conflito que esta situação está gerando, o tipo de abertura na diferença ontológica da existência.

Fendas, emergências e lampejos nos quais parece que a submissão é celebrada, e que esta desata uma politicidade que retroalimenta, por exemplo, o desencontro, o desencanto, a atomização, a saída individualizada do “salve-se quem puder”, uma capitalização do ressentimento, em face do que é ideologicamente desqualificado como acesso a certos regimes de privilégio, no qual o assunto do mal chamado privilégio não está ligado ao fato capitalista, à obtenção de rendimentos, e às formas cleptocráticas de acumular, mas sim à demanda ou legitimação de um completo desmonte de todo o regime de direitos.

O que atualmente governa a condição do capitalismo global é um amplo programa para a perda de direitos, para uma precarização integral da existência; o que surpreende é que as camadas dominantes encontrem entre os desfavorecidos ou nas camadas médias aliados engajados nesta cruzada, quando os mesmos engrossarão também as fileiras de afetados por esses processos.

Diante deste rumo paradoxo, já há alguns economistas, analistas políticos, psicanalistas e filósofos que introduzem outros tipos de categorias para destacar certas fissuras analíticas mais complexas, justamente para recuperar, da rota neoliberal, uma disposição mais flexível no seu modo de instrumentalização. Referem-se assim, por exemplo, ao “ordoliberalismo”, ressaltando um aspecto mais violento, bárbaro e desprovido de piedade no ataque a instituições sociais sem recair, no entanto, em modelos de fato, uma vez que se reconheceu a necessidade de travestir tais planos (que seguem passo a passo os manuais de desestabilização), sob a máscara dos incidentes parlamentários, comissões de investigação, ou ações de judicialização da política. Em anos recentes, em vários países, julgados como irresponsáveis, quando não dissidentes, até os golpes de Estado foram conduzidos e patrocinados de outros modos (o impeachment contra a presidenta legitimamente eleita do Brasil, Dilma Rousseff, o caso mais recente), em formas brandas que, não obstante, foram historicamente executados e pateticamente festejados.

O filósofo argentino Hugo E. Biagini (2014) formulou, por tais razões, um termo, simpático ao meu juízo, e não por isso menos preciso, ao qual denomina

“neoliberalismo”. Uma espécie de interiorização, como princípio de atuação da pessoa (não somente estóica, senão guerreira, a da “ética do mais forte”) que se instalou como senso comum, isto é, disposição à aceitação como próprios os valores que legitimam as práticas dos grupos dominantes, e que se elevam a slogans sociais ou midiáticos que articulam, até com certo “excesso de positividade” (Han, 2012), a derrubada subjetiva, certa modalidade de ser suscetível de aceitar doses crescentes de entrega sacrificial.

Este tipo de atitude ética gera correspondentemente um processo político muito específico, resultante das formas emergentes de encadeamento nas figuras novas de subjetividade. As transformações do capitalismo que derivam da imposição planetária da razão-mundo neoliberal conduzem à perpetuação do “discurso capitalista”, posto que o esvaziamento ou dissolução do “significante-mestre” efetua um pequeno, mas decisivo desvio, e instala como agente do discurso “um sujeito, o sujeito-mestre” (Alemán, 2014, p. 30), torna “inviável a experiência do inconsciente”, não deixando espaço ao “lugar onde efetuar seu corte” e lhe entrega plenamente uma circularidade inquebrável e irrefreável: o capitalismo relança a produção da falta, o que Marx detectava como geração crescente de novas necessidades, mas já não resulta (esta produção da falta) na existência de necessitados insolventes, mas sim que os recria nesta condição.

“a falta como insaciabilidade incessante, como carência em excesso, que leva sempre ao rendimento em excesso do sujeito, fazendo uma ‘produção de si mesmo’ sem a experiência do vazio (...) sem Castração (...) essa relação falta/excesso, sem a mediação simbólica que a ordene e sem a construção fantasmagórica que a sustente, excede às condições da força de trabalho entendida como mercadoria, tornando assim inviável a experiência do inconsciente. (...) o discurso capitalista condena cada ser falante a ser ‘um indivíduo’, a ser Uno, entre seu ser de sujeito e seu modo de gozar. Quando este Uno-Indivíduo é capturado pelas exigências de rendimento próprias do ‘empresário de si’ ou por seu reverso ‘o credor’ indefinido e sem solução simbólica, a produção de subjetividade está cumprida” (Alemán, 2014, p.32; 35).

Se o mundo da vida já não tende a ser puxado pela fúria do oprimido o é, em parte, porque as pessoas “sem senhor algum se explora a si mesm[a] de forma voluntária” (Han, 2014: 12), talvez seja por isso que a contrapartida desse excesso de positividade (correspondente a uma ordem que se autorregula, como ação combinada de “sujeitos de rendimento”) seja a dificuldade de identificação sobre desde onde dirigir a potência da negatividade, e a conformação de uma

dialética bastante peculiar, não da história como avanço progressivo na negação da negação, mas sim o registro de que a auto-coação (alimentada psicanaliticamente pela combinação de falta crescente e excesso de gozo), enlaça uma série de subjetivações e servidões, sejam as da dívida, da precarização, da promessa de consumo, do autofechamento ou da ascensão de certas formas de “autossatisfação complacente” derivadas do envolvimento em um espectro crescente de éticas débeis, que recriam ou excluem a auto-atribuição de formas fundamentadas em sentidos mais densos ou sólidos de vivência ou convivência com “o político”, as quais deveriam ser nossa condição humana por excelência, e que a racionalidade neoliberal gostaria de extirpar de cada um de nós.

Não deveria nos surpreender, mas sim causar nossa reflexão, que contribuamos com a reformulação do drama: uma grande massa social, constituindo maiorias eleitorais, outorga novas oportunidades de pilhagem aos seus antigos carrascos. Tudo isso aponta, entretanto, para algo distinto ao autismo, ao autorreferenciamento, ao solipsismo monológico, nos fala de certas determinações pelas quais se refere às dimensões do sujeito ao mundo da técnica, às suas engrenagens e operações, aos programas que governam a lógica dos dispositivos e à maneira pela qual eles afetam os desejos e as ações.

À vontade, por mais minguada que queira ver-se, convertida em reminiscência, foi atirada ao centro de um turbilhão. E, no marco desta captura, o mecanismo que se retroalimenta desvia ou separa, inevitavelmente, a pessoa de sua vontade, daquilo que uma matriz, um eixo, um vetor do comum poderia simbolizar, ou coagular, e em tal sentido, potencializar como ação somada de forças que tratam de evitar seu autossubmetimento, porque tentam articular-se como “vontade coletiva”, forjada na intenção de dar forma a seu projeto, e não ao de uma força alheia (o sujeito-capital) que parece indecifrável.

A revelação que o jovem Gramsci ofereceu, em seu momento, parece falar-nos daquilo que muito recentemente passamos a testemunhar e do desafio do qual enfrentamos hoje:

O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça quanto porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa enrolar os nós que, depois, só a espada pode desfazer, deixa promulgar leis que depois só a revolta fará anular, deixa subir ao poder homens que, depois, só uma sublevação poderá derrubar (Gramsci, 2011, p. 19-20).

Referências

- Alemán, Jorge. En la frontera. Sujeto y capitalismo. Barcelona: Gedisa, 2014.
- Benjamin, Walter. "Rua de mão única" em Obras escolhidas II. Editora brasiliense: 1987.
- Biagini, Hugo y Peychaux, Diego Fernández. El neoliberalismo y la ética del más fuerte. Buenos Aires: Octubre, 2013.
- Cano, Germán. Fuerzas de flaqueza. Nuevas gramáticas políticas: del 15m a Podemos. Madrid: La catarata, 2015.
- Escalante Gonzalbo, Fernando. Historia mínima del neoliberalismo. México: Colegio de México, 2015.
- Gómez, Ricardo. Neoliberalismo y pseudociencia. Buenos Aires: Lugar, 1995.
- Gramsci, Antonio. Cuadernos de la cárcel, vol. 6. México: Era, 2000.
- Gramsci, Antonio. Odio a los indiferentes. Barcelona: Ariel, 2011.
- Han, Byung-Chul. La sociedad del cansancio. Barcelona: Herder, 2012.
- Han, Byung-Chul. Psicopolítica. Barcelona: Herder, 2014.
- Harvey, David. Breve historia del neoliberalismo. Madrid: Akal, 2007.
- Hinkelammert, Franz J.. Economía y revolución. Santiago: Editorial del pacífico, 1967.
- Laval, Christian y Dardot, Pierre. La nueva razón del mundo. Ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: Gedisa, 2013.

Geopolítica de um Retorno Anunciado. Hybris neoliberal na região latino-americana e direitização do mundo

Resumo

Algumas abordagens de Walter Benjamin e Antonio Gramsci são recuperadas para descrever a atmosfera social em que se desenvolveu, na Europa do segundo quarto do século XX, o processo do fascismo. Posteriormente argumenta-se como analogamente a luta para impor o neoliberalismo global é montada em princípios de comportamentos individualistas e competitivos semelhantes. O lugar que a América Latina ocupa na deriva histórica deste processo sublinha a importância de nossa região, a qual se encontra em disputa. A batalha contra a pretensa irreversibilidade da forma social neoliberal mostra processos persecutórios a quem a isso se opõe. Quando estas forças chegam a governar e conduzir o aparato estatal enfrentam toda uma rede consolidada de acordos e cumplicidades quase supra-constitucional que buscam promover na América Latina uma linguagem disciplinante ou persuasiva para impedir que os beneficiários deste modelo econômico

vejam seus vorazes intereses mingoados. A pugna pelo Estado e para onde este se conduza; para fins alternativos (sempre incertos), ou facciosos (que são encobertos sob o principio de um respeito irrestrito à “legalidade”), parece ser hoje o grande desafio que o Sul do mundo enfrenta.

Palavras-chave: Fascismo - Neoliberalismo – Racionalidade Neoliberal – América Latina

Geopolítica de um Retorno Anunciado. Hybris neoliberal en la región latinoamericana y derechaización del mundo

Resumen

Se recuperan algunos planteamientos de Walter Benjamin y Antonio Gramsci para describir la atmósfera social en que se desplegó, en la Europa del segundo cuarto del siglo XX, el proceso del fascismo. Luego se argumenta cómo análogamente la lucha por imponer el neoliberalismo global se monta en principios de comportamiento individualistas y competitivos semejantes. El lugar que América Latina ocupa en la deriva histórica de este proceso subraya la importancia de nuestra región, y lo que se halla en disputa. La batalla contra la pretendida irreversibilidad de la forma social neoliberal muestra procesos de persecución a quienes a eso se oponen. Cuando estas fuerzas llegan a gobernar y conducen el aparato estatal enfrentan toda una red consolidada de acuerdos y complicidades cuasi supra-constitucionales que intentan promover en América Latina un mensaje disciplinante o persuasivo para impedir que los beneficiarios de este modelo económico vean mermados sus voraces intereses. La pugna por el Estado y hacia donde se conduza; hacia fines alternativos (siempre inciertos), o facciosos (que se encubren bajo el principio de un respeto irrestrito a la “legalidad”), parece ser hoy el gran desafío que enfrenta el Sur del mundo.

Palabras clave: Fascismo - Neoliberalismo – Racionalidad Neoliberal – América Latina

Geopolitics of an Announced Return. Neoliberal hybris in the Latin American region and righting-wing of the world

Abstract

Some approaches by Walter Benjamin and Antonio Gramsci are recovered to describe the social atmosphere in which the process of fascism unfolded in Europe in the second quarter of the 20th century. Then it is argued how similarly the struggle to impose global neoliberalism is based on similar principles of individualistic and competitive behavior. The place that Latin America occupies in the historical drift of this process underscores the importance of our region, and what is in dispute. The battle against the alleged irreversibility of the neoliberal social form shows processes of persecution for those who oppose it. When these forces come to govern and lead the state apparatus, they face a whole consolidated network of quasi-supra-constitutional agreements and complicities that try to promote a disciplinary or persuasive message in Latin America to prevent the beneficiaries of this economic model from seeing their voracious interests diminished. The fight for the State and where it leads; towards alternative (always uncertain), or factional (which are covered by the principle of an unrestricted respect for “legality”), it seems to be the great challenge facing the South of the world today.

Keywords: Fascism - Neoliberalism - Neoliberal Rationality - Latin America

